



HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
TERMO 045/2019 DE CONTRATO



PROCESSO 6210.2018/0006708-7

CONTRATANTE: HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

CONTRATADA: CJ ALIMENTARE EIRELI

OBJETO DO CONTRATO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Aos 20 dias do mês de maço do ano de 2.019 (dois mil e dezenove), na Rua Castro Alves, 63/73, CEP: 01532-001 – Aclimação - São Paulo, Gestão de Contratos, 6º andar, compareceram de um lado a **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 46.854.998/0001-92, neste ato representado pelo seu Superintendente, **DR. ANTONIO CÉLIO CAMARGO MORENO**, RG 5.240.451 SSP/SP, CPF 920.063.028-68, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **CJ ALIMENTARE EIRELI**, CNPJ nº 24.389.809/0001-15, com sede na Rua Fernandes Moreira, 660, Chácara Santo Antonio (Zona Sul), São Paulo – SP, CEP 47160-010, e-mail [cjalimentare@terra.com.br](mailto:cjalimentare@terra.com.br), neste ato representado pela **SRA. EDLENE TORRES FERREIRA**, RG nº 33.374.360-X - SSP/ SP e, CPF sob nº 723.992.794-68, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, para assinarem o presente Termo de Contrato 045/2019, sujeitando-se às normas da Lei Municipal nº 13.278, de 07 de janeiro de 2002, os Decretos Municipais nº 43.406 de 08 de julho de 2003, nº 44.279 de 24 de dezembro de 2003, nº 46.662 de 24 de novembro de 2005 e nº 56.475 de 05 de outubro de 2015, as Leis Federais nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Complementares nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e nº 147 de 7 de agosto de 2014, e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Constitui objeto deste contrato o fornecimento parcelado de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, de acordo com a descrição e características descritas do Anexo I do edital de licitações do **Pregão Eletrônico nº 497/2018**.

Item	Descrição	Unidade	Qtidade.	Valor Unitário
04	Atum em conserva	Kg drenado	180	R\$ 32,28
06	Palmito em conserva	Kg drenado	170	R\$ 29,85
07	Vinagre – frasco 750 ml	Frasco	1.400	R\$ 1,42

#### ITEM 04

Marca: Gomes da Costa.

#### ITEM 06

Marca: Euterpe.

#### ITEM 07

Marca: Palhina.

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

##### ITEM 04

##### ATUM EM CONSERVA

UNIDADE: Kg drenado

- **DESCRIÇÃO:** Produto preparado com pescado limpo, eviscerado sólido ou ralado, cozido ou curado, adicionado de outras substâncias alimentícias e submetido a processos físico e químico apropriados, contendo por líquido de cobertura, azeite de oliva ou óleo comestível adicionado ou não de substâncias aromáticas, atendendo as especificações técnicas da NTA n.º 10 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978, Decreto nº 9.013, de 29/03/2017, Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, que disciplina a fiscalização e a inspeção

industrial e sanitária de produtos de origem animal, instituídas pela Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, entre outras disposições legais.

- **EMBALAGEM:** Recipiente de folha de flandres íntegro ou pacote aluminizado, hermeticamente fechado e limpo, acondicionando de 300 a 500 gramas de **peso líquido drenado**, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo e quantitativo, indicando claramente o peso líquido drenado, o prazo de validade, marca comercial, procedência de fabricação, informação nutricional, lista de ingredientes, número do registro no órgão competente e demais dados conforme as disposições da legislação vigente, reembalado de acordo com a praxe do fabricante.
- **PRAZO DE VALIDADE:** O produto deverá apresentar prazo de validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega.

**ITEM 06****PALMITO EM CONSERVA****UNIDADE: Kg drenado**

- **DESCRIÇÃO:** Palmito em conserva preparado com o gomo terminal comestível do caule da *Euterpes edulis*, sob a forma de roletes tenros, envasados imersos em solução aquosa apropriada, em recipientes herméticos submetidos ao adequado processo tecnológico, atendendo as especificações técnicas da NTA 31 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978, Resolução RDC nº 85, de 27/06/2016 entre outras disposições legais.
- **EMBALAGEM:** Recipiente de folha de flandres íntegro, ou de vidro, hermeticamente fechado e limpo, acondicionando de 0,3 a 2,5 Kg de **peso líquido drenado** do produto, devidamente rotulado nos aspectos qualitativo e quantitativo, constando o prazo de validade, marca comercial, procedência de fabricação, informação nutricional, lista de ingredientes, número do registro no órgão competente e demais dados conforme as disposições da legislação vigente, reembalado de acordo com a praxe de fabricação.
- **PRAZO DE VALIDADE:** O produto deverá apresentar prazo de validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega.

**ITEM 07****VINAGRE****UNIDADE: Frasco**

- **DESCRIÇÃO:** Vinagre tipo Agrin, atendendo as especificações técnicas da NTA 73 do Decreto Estadual nº 12.486 de 20/10/1978 e Instrução Normativa nº 6, de 03/04/2012 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.
- **EMBALAGEM:** Frasco de plástico resistente, hermeticamente fechado e limpo, com conteúdo líquido de 750 ml do produto, devidamente rotulado e identificado nos aspectos qualitativo e quantitativo, constando o prazo de validade, marca comercial, procedência de fabricação, informação nutricional, lista de ingredientes, número do registro no órgão competente e demais dados conforme as disposições da legislação vigente, reembalado de acordo com a praxe do fabricante.
- **PRAZO DE VALIDADE:** O produto deverá apresentar prazo de validade mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da data de entrega.

**1.2 DAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO DO OBJETO**



**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**  
**TERMO 045/2019 DE CONTRATO**



- 1) A entrega dos produtos deverá ser efetuada no Serviço Técnico de Nutrição e Dietética, localizada no 1º andar, ocorrendo por conta exclusiva da contratada todas as despesas decorrentes de carga/descarga e transporte até o local e deverão ser acompanhadas das respectivas notas fiscais;
- 2) Os produtos adquiridos deverão ser entregues de acordo com as especificações solicitadas, dentro dos prazos estabelecidos;
- 3) Embalagem primária do produto deverá ser aprovada para contato em alimentos de acordo com as legislações vigentes, que garanta as características de qualidade do produto durante todo o seu prazo de validade. O fechamento deverá ser uniforme, com boas características de vedação, garantindo a qualidade do produto durante o prazo de validade;
- 4) Embalagens secundárias ou terciárias deverão ser de material aprovado para contato com alimentos, além de serem reforçadas e que resista às condições rotineiras de manipulação e transporte do produto. As embalagens de papelão ou similar deverá proporcionar uma boa identificação e conferência no ato do recebimento;
- 5) Para o peso líquido do produto serão observados os critérios de tolerâncias constantes na Portaria nº 248 de 17/07/2008 do INMETRO;
- 6) O sistema de vedação da embalagem secundária e terciária (se for o caso) será verificado no momento da descarga/recebimento, estando a contratada sujeita às penalidades pertinentes em caso de irregularidades;
- 7) O prazo para a entrega do produto será de acordo com a programação e solicitação do Serviço Técnico de Nutrição e Dietética através da emissão de ordem de fornecimento emitida após a nota de empenho ou assinatura do termo de contrato. A ordem de fornecimento será emitida no mínimo de 05 (cinco) dias úteis anteriores à data marcada para entrega;
- 8) Nos casos de emergência, a Contratada obriga-se a efetuar entregas em 24 (vinte e quatro) horas, mesmo que em pequenas quantidades, em dias e horários marcados pelo Serviço Técnico de Nutrição e Dietética;
- 9) Fica reservado ao STND, o direito de alterar o pedido com data de entrega e horário a ser combinado. As alterações na programação dos pedidos serão solicitadas à contratada com antecedência de vinte e quatro (24) horas;
- 10) Nas notas fiscais de venda deverá constar a descrição do material, o número do item ao qual ele se refere o número do pregão, o número da nota de empenho e ordem de fornecimento;
- 11) Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar o prazo de validade mencionado nas especificações técnicas do presente edital. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pelo Serviço Técnico de Nutrição e Dietética do Hospital do Servidor Público Municipal poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos produtos no período de validade

**1.3 A CONTRATADA efetuará as entregas no seguinte local:**

**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

Serviço Técnico de Nutrição e Dietética

Rua Apeninos, 44 – CEP 01533-000 – Aclimação – São Paulo / SP

Horário: das 7 (sete) às 13 (treze) horas de segunda a sexta feira do dia marcado.

Fone (11) 3397-7759 / (11) 3397-7758 / (11) 3397-7760

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 2.1 Fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada;
- 2.2 Designar um representante para gerenciar o contrato;
- 2.3 Efetuar os pagamentos conforme os valores e prazos estipulados.



### CLÁUSULA TERCEIRA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1 A Contratada obriga-se a cumprir fielmente as condições especificadas no Anexo I do Edital;
- 3.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação para esta contratação;
- 3.3 Aceitar, nas mesmas condições da contratação, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no objeto da licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.

### CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, REAJUSTE E FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1 O valor total do presente contrato é de R\$ 12.872,90 (doze mil, oitocentos e setenta e dois reais e noventa centavos), conforme Nota de Empenho nº. 570/2019, nele estando incluídos todos os custos e a margem de lucro da CONTRATADA, que nada mais poderá reclamar a título de contraprestação pela execução de suas obrigações contratuais;
- 4.2 O preço contratado não será reajustado.
- 4.3 O pagamento devido será depositado, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da entrega dos produtos objeto de cada Ordem de Fornecimento, na conta corrente informada pela CONTRATADA mantida junto ao Banco Brasil.
- 4.4 De acordo com a Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, os atrasos de pagamentos por culpa exclusiva do CONTRATANTE ficarão sujeitos a aplicação de compensação financeira calculada através da seguinte fórmula:  $(TR + 0,5\% \text{ "PRO-RATA TEMPORE"})$ , observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu;
- 4.4.1 O pagamento da compensação financeira estabelecida no item 4.4 dependerá de requerimento a ser formalizado pelo CONTRATADO.
- 4.5 No presente exercício as despesas decorrentes do ajuste correrão por conta da dotação nº 02.10.10.302.3003.2507.3.3.90.30.00.00.07.99.

### CLÁUSULA QUINTA – PRAZO CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

- 5.1 O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura e não comportará prorrogação.

### CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

- 6.1. Além das sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes, o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas pela (o) Contratada (o) importará na aplicação das seguintes penalidades:
- 6.1.1. Desde que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, pela recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Administração, em assinar o respectivo termo de contrato, ou retirar a respectiva nota de empenho ou a respectiva ordem de fornecimento, no prazo estipulado, deixar de entregar ou entregar documentação falsa, ensejar o retardamento injustificado da execução do objeto do contrato ou fraudar a sua execução, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do justo ou da proposta, sem prejuízo da aplicação da pena de impedimento de licitar e

- contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02,
- 6.1.2. Pelo atraso na assinatura do Termo de Contrato e/ou na retirada da nota de empenho no prazo determinado, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor global do ajuste ou da proposta, até o décimo dia de atraso, após o qual será considerada a recusa injustificada prevista no subitem antecedente;
  - 6.1.3. Multa moratória de 0,1 % por dia limitada a 10 dias no caso em que não haja prejuízo no abastecimento do HSPM;
  - 6.1.4. Multa moratória de 0,5% por dia em qualquer hipótese que o atraso causar desabastecimento ou nos atrasos superiores a 10 dias, limitado a 40 (quarenta) dias, será aplicada a multa aqui prevista independentemente de desabastecimento ou prejuízo, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado. Atraso superior a 40 (quarenta) dias poderá ser considerado inexecução total ou parcial do contrato, conforme o caso, e ensejar a suspensão do fornecimento pela rescisão unilateral do contrato.
  - 6.1.5. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - 6.1.6. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - 6.1.7. Pelo descumprimento de quaisquer outras obrigações decorrentes do presente ajuste, não previstos nos subitens anteriores, multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado proposta, ou do ajuste firmado, ou parcela executada irregularmente, conforme o caso;
- 6.2. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.
- 6.3. No caso de aplicação de eventuais penalidades será observado o procedimento previsto no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/03 e na Seção II do Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93.
  - 6.4. O prazo para pagamento de eventuais multas aplicadas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora. Na hipótese de aplicação de multa, e uma vez esgotados os recursos/defesas cabíveis, o valor correspondente poderá ser descontado do que o contratado tiver a receber.
  - 6.5. As notificações e decisões sobre aplicação de multa serão publicadas no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e encaminhadas ao e-mail do Contratado informado na proposta. Caso não seja informado o e-mail ou o email esteja desatualizado, O HSPM providenciará apenas a publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.
  - 6.6. O não pagamento das multas devidas acarretará a inscrição do débito no CADIN e no Sistema Municipal da Dívida Ativa, bem como o ajuizamento do competente processo de execução fiscal.
  - 6.7. O proponente/contratado deverá informar na proposta o endereço eletrônico da empresa, que será utilizado como instrumento de comunicação com o HSPM, inclusive para o encaminhamento das Notas de Empenho, Ordem de Fornecimento, Contrato, Notificações, etc. O proponente/contratado deverá manter o endereço eletrônico atualizado.
- 6.8. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA:**
- 6.8.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, a critério do HSPM, mediante solicitação por escrito e fundamentada pelo interessado. O requerimento deverá ser submetido à apreciação do HSPM dentro do prazo assinalado na Ordem de Fornecimento para entrega do produto. A prorrogação do prazo de entrega também poderá ser autorizada desde comprovada a ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, ou desde que não acarrete prejuízo ao abastecimento e haja conveniência ao HSPM. As entregas efetuadas fora do prazo assinalado poderá ensejar aplicação de penalidades, conforme previsto no Edital, Contrato, Pedido de Cotação ou Anexo da Nota de Empenho.



**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
TERMO 045/2019 DE CONTRATO**



**CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua Rescisão, sujeitando-se a parte infratora às penalidades previstas neste contrato.

7.2 Constituem motivo para Rescisão do Contrato a ocorrência de quaisquer uma das hipóteses previstas neste contrato e/ou no artigo 78 da lei 8.666/93.

7.3 Ocorrendo as hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei 8.666/93, ou qualquer uma das hipóteses prevista neste Contrato que enseje a sua rescisão, esta poderá ser decretada por ato unilateral do Contratante, desde que formalmente motivado, assegurando-se ao Contratado contraditório e ampla defesa.

7.4 A rescisão unilateral do contrato, acarretará, conforme o caso, as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV da lei 8.666/93, observados o disposto nos parágrafos 1º a 4º do mesmo dispositivo legal, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais previstas neste instrumento à parte infratora.

7.5 Poderá ser promovida a rescisão amigável do contrato, desde que haja conveniência ao Contratante;

7.6 Quando a Rescisão do Contrato ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da lei 8.666/93, sem que haja culpa do Contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito, quando for o caso, a: (a) devolução da garantia; (b) pagamentos devido pela execução do contrato até a data da rescisão; (c) pagamento do custo da desmobilização.

7.7 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

Desde já, fica eleito o foro da Comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes contratantes, foi lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.


**- DR. ANTONIO CÉLIO CAMARGO MORENO -**  
Hospital do Servidor Público Municipal  
Superintendente

**SRA. EDLENE TORRES FERREIRA**  
CJ ALIMENTARE EIRELI  
Representante Legal

**Testemunhas:**

Sra. Flávia Ivana Pallinger  
RG: 13.274.150-7 - - CPF: 052.110.728-80

Sr. Odair Bezerra  
RG 8.036.816 - CPF 118.187.908-12

  
Flávia Ivana Pallinger  
Assistente de Serviço Social  
Suplente de Classe - HSPM - GE 1.999